

ENSINO DE CONTABILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MINAS GERAIS

TEACHING OF PUBLIC ACCOUNTING: AN STUDY IN HIGHER EDUCATION IN THE STATE OF MINAS GERAIS

Natielli Pereira Santos Cabral¹
Universidade Federal de Uberlândia
natielli.cabral@gmail.com

Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade
Universidade Federal de Uberlândia
maria.elisabeth@ufu.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar se os conteúdos de ensino do Curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior - IES do Estado de Minas Gerais estão alinhados ao proposto pelas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público - NBCASP. Para tanto, analisou-se o conteúdo programático e a ementa dos cursos de Ciências Contábeis de Minas Gerais. A amostra foi formada por 32 instituições públicas e privadas que ofertam o curso na modalidade presencial, perfazendo um percentual de 47% das IES. A coleta foi de abril a outubro de 2016, tendo sido adotado o modelo proposto por Maciel et al. (2015) em estudo similar no Estado do Rio Grande do Sul, com a criação do Índice de Aderência – INBCASP. Para análise dos dados, fez-se uso de estatística descritiva e análise das diferenças entre as médias por meio da Anova. Os resultados revelaram um índice de aderência de 40,9%, sendo possível concluir, portanto, que é necessária uma atualização das IES de Minas Gerais com o objetivo de preparar os discentes para as exigências do mercado de trabalho. Vale ressaltar que outras normas entraram em vigor em janeiro de 2017, as quais, mais uma vez, demandarão ajustes nas grades curriculares do ensino de Contabilidade Pública.

Palavras-Chave: Instituições de Ensino Superior. Minas Gerais. Ensino Contabilidade Pública.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze whether the teaching contents of the Accounting Sciences Course of Higher Education Institutions (IES) of the State of Minas Gerais are in line with the Brazilian Standards Applied to the Public Sector (NBCASP). In order to do so, we analyzed the programme contents of the courses in Accounting Sciences of Minas Gerais, the sample was formed by 32 public and private institutions, which presented the course in the classroom teaching modality, making up a percentage of 47% of IES. The collection was from April to October 2016. The model proposed by Maciel et al. (2015) in a similar study in the state of Rio Grande do Sul, with the creation of the Adhesion Index - INBCASP. For the analysis was done using statistics and analysis of the differences between the means through Anova. The results showed an adhesion index of 40.9%. Therefore, it is necessary to update the IES of Minas Gerais in order to prepare students for the demands of the labor market. It is worth mentioning that more norms came into force in January 2017 and once again will require adjustments in the curricula of Public Accounting teaching.

Keywords: Higher education institutions. Minas Gerais. Teaching Public Accounting.

¹ Rua Grupiara, 101 Morumbi, Uberlândia – MG CEP:38407-381

* Artigo apresentado no II Congresso UFU de Contabilidade, com algumas modificações.

1. INTRODUÇÃO

Durante o período universitário, as instituições de ensino assumem um papel de grande responsabilidade, tendo em vista serem fonte de conhecimento dos futuros profissionais que estão sendo formados, uma vez que ali se adquire o conhecimento que será a base no desenvolvimento de suas futuras funções. Em face disso, é dever desses estabelecimentos se atualizarem sempre com o objetivo de instruir seus alunos de acordo com as exigências do mercado.

Desde 2008, a contabilidade brasileira vem sofrendo inúmeras alterações, tendo em vista que o setor privado e o setor público iniciaram um processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Desde então, as instituições de ensino que ofertam o curso de graduação em Ciências Contábeis tiveram que rever as ementas de seus cursos. Alguns estudos já foram realizados com o intuito de investigar essas alterações em diversos estabelecimentos de ensino tais como (MENDES; SILVA; NIYAMA, 2011; CAMPOS; LEMES, 2012; MACÊDO; KLANN, 2014; ARAÚJO; LEAL, 2015). Entretanto, quanto às disciplinas voltadas para o setor público, especificamente, são poucos os estudos (VIANA; TAMER; ABBUD; LIMA, 2012; MACIEL; KRONBAUER; OTT.; BARBOSA; MARQUEZAN, 2015).

As diretrizes curriculares estabelecem os princípios gerais para a elaboração do projeto pedagógico de cada curso de graduação. Para o curso de Ciências Contábeis, foi promulgada a Resolução nº 10 de 2004 que “Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado e dá outras providências”.

Em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou uma proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis com o objetivo de auxiliar os estabelecimentos de ensino para a atualização dos respectivos conteúdos programáticos. E, em 2009, foi publicada uma nova edição revista e atualizada.

Diante do exposto, o presente estudo pretende analisar o nível de aderência do conteúdo programático voltado ao setor público nas Instituições de Ensino Superior (IES) de Contabilidade em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Assim, o objetivo da pesquisa é analisar o nível de aderência do ensino de Contabilidade voltado ao setor público nas IES de Minas Gerais no que tange às orientações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), tendo como norteador o seguinte questionamento: Qual o nível de aderência do ensino de contabilidade nas disciplinas de contabilidade públicas das IES do Estado de Minas Gerais em relação às NBCASPs?

Para atingir o objetivo, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme ensina Bardin (2009), das disciplinas relacionadas ao ensino da contabilidade para o setor público a ser realizada nas ementas e conteúdos programáticos das IES de Minas Gerais. Logo após a análise de conteúdo, foi construído o Índice de Aderência (INBCASP) com base no modelo utilizado por Maciel et al. (2015).

A justificativa da análise refere-se às contribuições das NBCASP para a Contabilidade Pública, uma vez que essas contribuições são elaboradas com vistas ao alinhamento com as normas internacionais. Para tanto, é necessário assegurar que os egressos do Curso de Ciências Contábeis estejam munidos com esses conhecimentos. Ademais, este estudo é relevante não apenas por investigar o ensino de contabilidade pública nas IES, mas também para a comparação e aperfeiçoamento dos conteúdos programáticos da disciplina de Contabilidade Pública.

Vale salientar que, a partir de setembro de 2016, ocorreu a publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP) que substituíram algumas NBCASPs, estando, ao todo, 10 NBC TSP em vigor, além da Estrutura Conceitual. Entretanto, esta pesquisa foi realizada tendo como objeto as normas que se encontravam em vigor entre 2008 e 2016. Como é recente a edição das novas normas, demandando tempo para que se altere o conteúdo curricular, espera-se que, a partir de 2019 ou 2020, novas pesquisas devem ser realizadas com as NBC TSP.

2. REVISÃO DE LITERATURA

No decorrer deste tópico, será apresentada a literatura que embasou este estudo, além de um breve panorama sobre o ensino da contabilidade no país de maneira geral, do ensino da contabilidade pública e finalizando com a abordagem de alguns estudos similares realizados anteriormente.

2.1 ENSINO DA CONTABILIDADE

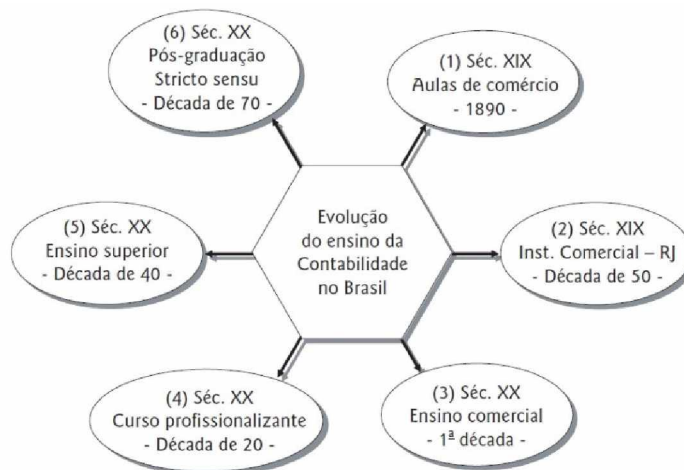
A contabilidade é, provavelmente, uma das práticas mais antigas do mundo, surgindo, de acordo com Carvalho (2010), em virtude da necessidade do homem primitivo de registrar e medir o patrimônio e suas variações mesmo que de forma rudimentar. Ainda neste sentido, Iudícibus (2010) destaca:

Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2000 a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus

rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade. (IUDÍCIBUS, 2010, p.15)

Com a vinda da Família Real Portuguesa no Século XIX, o ensino da contabilidade no Brasil deu seus primeiros passos. A partir daí, foram inúmeras as mudanças até se chegar ao modelo de graduação que temos hoje, como é possível analisar na Figura 1.

Figura 1 - Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil



Fonte: Peleias, et al. (2007).

De acordo com Marion e Robles Junior (1998), a primeira instituição de ensino de contabilidade no Brasil foi a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado que surgiu em 1902 como “Escola Prática de Comércio”. No entanto, existem estudos que apontam que o ensino da contabilidade teve início a partir de 1808 com as Aulas de Comercio (PELEIAS et al, 2007).

Os cursos de contabilidade propriamente ditos foram criados em 1931 por meio do Decreto nº 20.158, que instituiu o curso Técnico em Contabilidade com duração de 02 e 03 anos para formação, respectivamente, de Guarda-livros ou Peritos Contadores.

A primeira turma de Ciências Contábeis Atuarias data de 1949, embora o curso tenha sido estabelecido pela Lei nº 7.988 no ano de 1945. Em 1951, a Lei nº 1.401 desmembrou o curso de Ciências Contábeis e Atuarias e, a partir desse momento, os concluintes passaram a receber o título de Bacharel em Contabilidade (MARION; ROBLES JUNIOR, 1998). Em relação à Estrutura Curricular, o Parecer 397/62 dividiu o curso em ciclo de formação básica e ciclo de formação profissional com duração de quatro anos.

Ainda de acordo com Mario e Robles Junior (1998), a penúltima grande alteração que houve em relação ao currículo no ensino de contabilidade nacional foi a Resolução nº 03/92, a partir da qual os currículos passaram a serem elaborados visando ao conhecimento teórico e

prático. As disciplinas foram distribuídas em três categorias de conhecimento. A primeira categoria abrangia os conhecimentos de formação geral, de natureza humanística e social, com disciplinas obrigatórias e eletivas. Na segunda categoria, constavam disciplinas para conhecimento de formação profissional básica, específica e conhecimentos eletivos. Na terceira e última categoria, encontravam-se conhecimentos ou atividade de formação complementar como, por exemplo, estágios supervisionados, jogos de empresas e trabalho de conclusão de curso (TCC), entre outros. A Resolução ainda estabelecia outras diretrizes em relação ao curso, como a duração mínima de 2.700 horas aulas integralizadas em, no máximo, sete anos e, no mínimo, quatro.

Atualmente, a Resolução nº 10/2004 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) estabeleceu as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, as quais devem ser seguidas pelas IES na elaboração do Projeto Pedagógico. De acordo com Ott et al. (2011), o projeto deve visar ao perfil desejado de egresso em relação a competências e habilidades necessárias ao profissional no mercado de trabalho.

2.1.1 Ensino de contabilidade para o setor público

O estudo de Wilson (2013) traça um panorama histórico sobre o ensino na contabilidade governamental e recomenda que os professores devem integrar com os profissionais da área e realizar mais pesquisas acadêmicas com foco em questões relevantes.

O CFC, visando a auxiliar as IES na elaboração de suas matrizes curriculares, como também no que tange ao ensino mais padronizado em relação a conteúdo, ementário e bibliografia, elaborou o livro Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis em 2008, tendo sido alterada em 2009. Nessa proposta, são apresentadas sugestões de disciplinas que devem integrar as grades curriculares nacionais nas três modalidades, quais sejam, presencial, semipresencial e a distância (CFC, 2009).

De acordo com a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, que já está em sua segunda edição, as matérias relacionadas ao ensino da Contabilidade Pública fazem parte do conteúdo de formação profissional, o que está em consonância com a Resolução MEC CNE/CES n.º 10/04. Na proposta, os conteúdos relacionados à Contabilidade Pública são divididos em duas disciplinas, sendo elas: Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Na disciplina de Gestão de Finanças Públicas, deverão ser abordados os seguintes conteúdos: Teoria das Finanças Públicas, Planejamento do Setor Público, Orçamento Público, Responsabilidade Fiscal. Já no conteúdo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, deve ser abordada a estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os princípios contábeis, o patrimônio público, o plano de contas, lançamentos típicos para a elaboração e análise das demonstrações custos e controle interno sob a ótica contábil.

Em 2017, a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) publicou a primeira edição da Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis, a qual foi elaborado com o auxílio de professores, coordenadores de curso e alunos, o que foi feito em consulta pública realizada em 2014.

Vale destacar que essa é apenas uma tentativa de delimitar o ensino, no entanto, as instituições têm autonomia para a elaboração de suas matrizes, desde que em consonância com as legislações vigentes.

2.2 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Desde 2008, um novo modelo de contabilidade foi implantado no Brasil, o qual reflete o modelo internacional e, como consequência, o setor público também sofreu alterações nas práticas contábeis, na elaboração e na divulgação das demonstrações contábeis. Esse novo modelo foi elaborado e normatizado pelos órgãos públicos competentes, dentre eles, Secretária do Tesouro Nacional (STN) e Ministério da Fazenda (MF) (VIANA et al., 2012).

Com vistas à aproximação das normas brasileiras de contabilidade do setor público às normas internacionais, o Ministério de Fazenda publicou a Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, a qual continha diretrizes em relação às demonstrações contábeis. O STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal no processo de convergência, foi incumbido, entre outras, da criação do Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), definição do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), elaboração do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da União, bem como de promover a disseminação das novidades por meio de treinamentos e apoio técnico (CRC – RS, 2014; STN, 2014).

Ainda nesse processo de harmonização dos procedimentos contábeis, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) foram publicadas a partir de 2008 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com vistas à convergência das normas brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS –

International Public Sector Accounting Standards) (CRC – RS, 2014; CFC, 2012). Entretanto, essas normas ainda não são as mesmas emitidas pelo órgão emissor das normas internacionais para o setor público, o *International Federation of Accountants – IFAC*, tendo sido traduzidas pelo CFC em 2010. Na Tabela 1, consta a relação das NBCASP emitidas pelo CFC e seu respectivo conteúdo.

Tabela 1 - Relação das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público

Numeração	Resolução CFC	Norma
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Fonte: Adaptado CFC (2012).

As NBCASP são uma evolução no que diz respeito à evidenciação da máquina pública, auxiliando na transparência fiscal e mensuração do patrimônio público, bem como para a distinção de Orçamento Público e Contabilidade, conforme verificado por Vicente, Morais e Platt Neto (2012) em pesquisa bibliográfica.

De acordo com Viana et al. (2012), a efetivação das NBCASP necessita de enfoque e aprofundamento e que o início se dá nas universidades por meio das disciplinas voltadas à Contabilidade Pública.

Como citado na introdução, começaram a ser editadas, desde setembro de 2016, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) que substituíram algumas NBCASPs.

Tabela 2 - Relação das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público

Resolução CFC	Norma
NBC TSP EC	Estrutura Conceitual
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente

Fonte: CFC (2016).

Importante destacar que as normas constantes na Tabela 2 foram publicadas no final de 2016 e não fazem parte do escopo desta pesquisa, principalmente, em virtude de os currículos escolares ainda passarão por atualizações.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Nos últimos anos, muitos estudos têm dirigido o foco para os currículos dos cursos de Ciências Contábeis devido a gama de mudanças pelas quais a área tem passado. Nesse sentido, Pires e Ott (2010) analisaram as estruturas curriculares propostas pelo IFAC, ISAR/UNCTAD, AICPA e AECC e pela Resolução CNE/CES nº. 10/2004, com foco nas competências, habilidades e atitudes que devem ser desenvolvidas. Os resultados mostraram que, na elaboração dos currículos de Ciências Contábeis, o desenvolvimento de competências relacionadas à formação profissional e o desenvolvimento de habilidades, como comunicação, liderança e interpessoais, são objeto de consideração, alinhando-se, assim, com as propostas de organismos como IFAC, ISAR/UNCTAD, AICPA e AECC.

Já Czesnat et al. (2009) analisaram a adaptação dos currículos das universidades de Santa Catarina ao currículo mundial proposto pela ONU/Unctad/Isar. Os resultados demonstram que, apesar de apenas quatro disciplinas apresentarem o conteúdo de Contabilidade Internacional, os percentuais de 88,27% das disciplinas dos currículos pesquisados estão adaptadas ao currículo mundial.

Alguns estudos já foram realizados para verificar esse nível de aderência dos currículos das IES ao conteúdo das NBCASP. Viana et al. (2012) realizaram estudo com 10 universidades e faculdades do Amazonas que oferecem o curso de forma presencial, sendo nove privadas e uma federal. Como resultado, os autores perceberam um quadro insatisfatório de ensino das normas, com apenas 22% em média de aderência dos programas aos tópicos e subtópicos das NBCASP. Também foi constatado que os conteúdos programáticos da IES, em sua maioria, são dominados exclusivamente por temas contidos na Lei nº 4.320/64 e Lei nº 101/2000, mas não citam as normas na bibliografia.

Os estudos também destacaram que, em relação aos projetos pedagógicos e planos de ensino que possibilitaram verificação da data de elaboração, nenhum deles era referente ao período anterior à divulgação nas NBCASP, o que demonstra que não houve cuidado na adequação dos currículos as NBCASP.

Outro estudo foi realizado por Maciel et al. (2015) com 28 IES do Rio Grande do Sul que ofertam a modalidade presencial, utilizando-se de índice que tem como objetivo mensurar

o nível de aderência dos currículos das IES às NBCASP. Os resultados encontrados com o INBCASP revelaram que as instituições abordam as normas em seu ensino de Contabilidade Pública, tendo sido a média de aderência nas instituições de 72,4% com relação ao conteúdo das 11 normas.

Diante do exposto, este estudo é relevante no sentido de comparar o nível de aderência às NBCASP nas IES do Estado de Minas Gerais com esses dois outros estudos realizados no Amazonas e no Rio Grande do Sul.

3.ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo da pesquisa, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2009), tendo sido consultadas as ementas e conteúdos programáticos das IES de Minas Gerais das disciplinas relacionadas ao ensino da contabilidade para o setor público.

Logo após a análise de conteúdo, foi construído o Índice de Aderência - INBCASP com base no modelo análogo ao de Maciel et al. (2015) por meio de um checklist. Assim, foi possível observar o conteúdo de acordo com cada norma, não só pelo título, mas também a partir do conteúdo da norma.

A população foi composta pelas IES do Estado de Minas Gerais que ofertam o Curso de Graduação em Ciências Contábeis na modalidade presencial em atividade e cadastradas no site do Ministério da Educação.

Foram analisados os sites das instituições em busca da grade curricular, ementa e o projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis. Às IES, cujas informações não estavam disponibilizadas no site, foi enviado um e-mail solicitando os arquivos. O período da coleta compreendeu os meses de abril a outubro de 2016 com população de 69 instituições. Após a coleta, a amostra final foi de 32 instituições, o que está apresentado na Tabela 3, sendo 12 universidades públicas, 12 faculdades privadas e 08 centros universitários.

Tabela 3 - Definição da amostra

Categoria	Faculdades	Centros Universitários/Institutos	Universidades	Total	%
Pública	0	0	12	12	37,50%
Privada	12	8	0	20	62,50%
Total	12	8	12	32	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pode-se observar, a partir da Tabela 3, que a quantidade de faculdades e universidades da amostra se igualam, sendo essas responsáveis por 75% da totalidade das instituições

analisadas. As instituições privadas são predominantes em relação às públicas, com um total de 62,5% da amostra.

Para determinar o Índice de aderência das disciplinas INBCASP, foram utilizadas as diretrizes apresentadas pelas 11 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) emitidas pelo CFC, sendo determinado o mesmo peso para todas, conforme apontam Maciel et al. (2015). A Tabela 4 traz uma síntese do conteúdo dessas normas.

Tabela 4: Relação das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público – Percentual INBCASP

Numeração	Norma	Pontuação
NBC T 16.1	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	1
NBC T 16.2	Patrimônio e Sistemas contábeis	1
NBC T 16.3	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	1
NBC T 16.4	Transações no Setor Público	1
NBC T 16.5	Registro Contábil	1
NBC T 16.6	Demonstrações Contábeis	1
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis	1
NBC T 16.8	Controle Interno	1
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão	1
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	1
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	1
Soma dos pontos (a)		11
Total dos Itens Avaliados (b)		11
Índice INBCASP - Percentual de Conformidade (a) ÷ (b)		100%

Fonte: Maciel, et al. (2015).

Após a coleta dos conteúdos programáticos, os dados foram compilados em planilhas para análise. Em relação às ementas das disciplinas de Contabilidade Pública, as mesmas foram confrontadas com as NBCASP a fim de se verificar o nível percentual de aderência do conteúdo apresentado pelas IES ao previsto nas normas. O índice foi desenvolvido de forma que a cada norma foi atribuído peso 1 (um). Assim, a cada norma atendida, a instituição recebe 1 (um) ponto e, a cada conteúdo da norma não atendido, a nota atribuída é (zero). Ao final, a soma da pontuação obtida é dividida pelo total dos itens avaliados, obtendo-se, então, o índice de aderência, o qual é objeto deste estudo.

Na análise dos dados, fez-se uso da estatística descritiva, obtendo assim a análise da média geral em relação à aderência dos conteúdos programáticos às normas. Posteriormente, os dados foram analisados de maneira fracionada com vistas a um exame mais detalhado.

Para tanto, a aderência das disciplinas de Contabilidade Pública foi analisada por meio de grupos de acordo com a existência ou não de pré-requisito para a disciplina, aderência do

INBCASP em relação ao semestre de ocorrência da matéria, antes do 4º período ou após, quantidade de disciplinas ofertadas, tipo de IES; categoria acadêmica da IES, privada ou pública, e adesão ao conteúdo da NBCASP por norma. Essas análises dos níveis de aderência foram realizadas por meio da diferença nas médias, o que foi feito pela Análise de Variância - ANOVA Fator Único.

A Anova Fator Único é utilizada para comparar a média aritmética de três ou mais grupos populacionais por meio da análise de variâncias amostrais. De acordo com Oliveira (2007), a Anova Fator Único permite verificar a relação de uma variável qualitativa independente com uma variável quantitativa de resposta. Basicamente, a Anova testa a hipótese de as médias serem iguais (H_0) contra a hipótese de as médias serem diferentes (H_1), visto que, para se rejeitar a hipótese nula, basta um grupo com média diferente.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, foram analisados os resultados da pesquisa, sendo discutidas as ementas e conteúdos programáticos das IES estudadas. Primeiramente, apresenta-se a análise da média geral da aderência das IES. Em seguida, encontra-se a análise por seção de acordo com a necessidade de pré-requisito, período de ocorrência da matéria de Contabilidade Pública, quantidade de disciplinas ofertadas e o tipo de categoria das IES.

4.1 ANÁLISE GERAL DE ADERÊNCIA ÀS NBCASP

Depois de concluída a etapa de coleta de dados e atribuição de ponto às normas e construção do INBCASP, foi possível analisar, por meio da estatística descritiva, a amostra estudada. Os dados mostrados na Tabela 5 apresentam média de 40,9%, o que demonstra uma diferença expressiva entre os índices de aderência das IES analisadas.

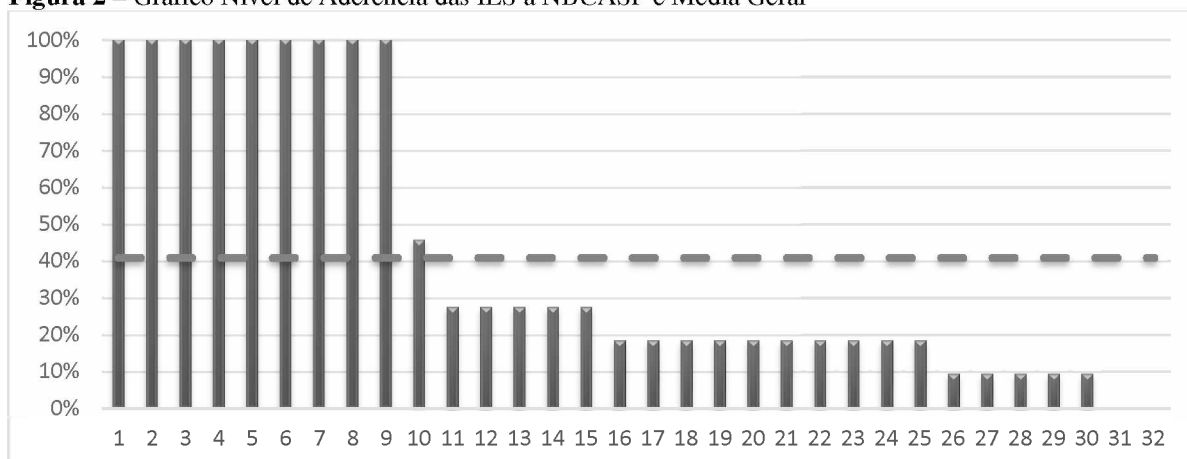
Tabela 5 - Estatística descritiva INBCASP

Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Variância	Curtose	Assimetria	Mínimo	Máximo	N
0,409	0,182	0,182	0,385	0,148	-1,117	0,862	0,000	1,00	32

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 2 apresenta o gráfico do nível de aderência das 32 IES estudadas. A linha pontilhada disposta horizontalmente no gráfico representa a média dos índices de aderência das instituições. Apenas 10 IES obtiveram índices acima da média do estudo e, desse total, 9 instituições atenderam integralmente às especificações das NBCASP.

Figura 2 – Gráfico Nível de Aderência das IES à NBCASP e Média Geral



Fonte: Dados da pesquisa

As demais instituições apresentam índices abaixo da média geral, apresentando duas delas nível de aderência 0 (zero), pois os conteúdos de seus currículos são anteriores à NBCASP. É possível perceber ainda a desigualdade existente no ensino da disciplina de Contabilidade Pública nas instituições pesquisadas, o que levanta ao questionamento sobre o grau de conhecimento que os estudantes estão adquirindo sobre a Contabilidade Pública de acordo com os parâmetros das normas.

Esse resultado apresenta-se contrário aos encontrados no estudo de Maciel et al. (2015), visto que a média no presente estudo foi 31,83%, o que é inferior ao encontrado na pesquisa realizada pelos citados autores. No entanto, no referido estudo apenas 4 instituições atingiram aderência máxima diante de 9 instituições mineiras com aderência completa.

Finalizando este tópico, apresentam-se as análises em seção, conforme descrito anteriormente.

4.2 ANÁLISE DE ADERÊNCIA QUANTO A EXIGÊNCIA OU NÃO DE PRÉ-REQUISITOS

Nesta subseção, é analisado o nível de aderência, comparando as IES que têm exigência de pré-requisito para que se curse a disciplina Contabilidade Pública com aquelas que não têm tal exigência. Os resultados podem ser verificados na Tabela 6.

Tabela 6 - Anova Fator Único INBCASP exigência ou não de pré-requisitos

Anova: Fator Único							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
Sem pré-requisito	25	10,0909	0,4036	0,1523	0,02222	0,8825	4,17088
Com pré-requisito	7	3,00	0,4286	0,1562			

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 6, é possível verificar que a média do grupo com exigência de pré-requisito é 42,86% e o grupo sem pré-requisito obteve média 40,36%, indicando que o índice de aderência das instituições que exigem pré-requisitos para cursar a disciplina de Contabilidade Pública é um pouco maior que as que não têm tal exigência.

Entretanto, ao analisar o valor-P de 0,8825, que é valor superior ao nível de significância (α) de 0,05 adotado no teste, é possível concluir que as médias do nível de aderência tendem a serem semelhantes nos critérios da NBCASP, apontando que a exigência de pré-requisito não influencia no nível de aderência as NBCASP.

Em relação à análise desta sessão, os resultados dos níveis de aderência se mostraram inferiores aos encontrados no estudo gaúcho. Nesse estudo, as médias ficaram acima dos 70% para os dois grupos, chegando à mesma conclusão de que as médias tendem a serem as mesmas independentemente da existência de pré-requisito.

4.3 ANÁLISE DE ADERÊNCIA QUANTO AO PERÍODO DE OFERTA DA DISCIPLINA

Este tópico tem como foco a análise do INBCASP em relação ao período em que a disciplina de Contabilidade Pública é ministrada, tendo sido a amostra dividida em dois grupos. O primeiro (Grupo 1) é composto pelas IES que oferecem a disciplina antes do 4º período e o segundo (Grupo 2) contém as instituições em que a disciplina é ofertada após o 4º período. Os resultados da análise são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Anova Fator Único INBCASP período da disciplina

Grupo	Contagem	Anova: Fator Único					
		Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
Até 4º período	6	2,90	0,4833	0,1747	0,2701	0,6071	4,1709
Após 4º período	26	10,1818	0,3916	0,1473			

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível perceber, por meio da Tabela 7, que a média do Índice de Aderência do Grupo 1 é de 48,33%, sendo superior à média do Grupo 2 em 9,17%. No entanto, a análise do valor-P de 0,6071 indica que há uma probabilidade de 60,71% dessas médias serem iguais, podendo-se inferir que há uma tendência de que os níveis de aderência sejam similares independentemente do período.

No estudo de Maciel et al. (2015), a aderência das IES que ministram o conteúdo após o 4º período foi superior. Sendo assim, é possível concluir que o nível de atendimento aos itens da NBCASP é superior no que diz respeito àquelas disciplinas que possuem o conteúdo até o 4º período.

4.4 ANÁLISE DE ADERÊNCIA QUANTO À QUANTIDADE DE DISCIPLINAS

Com o intuito de verificar a influência da quantidade de disciplina na aderência do INBCASP, a amostra foi separada em dois grupos. O Grupo 1 contém as IES que possuem apenas uma disciplina voltada ao ensino de Contabilidade Pública, enquanto, no segundo grupo (Grupo 2), estão as instituições que ofertam o conteúdo em duas disciplinas. Na Tabela 8, constam os resultados obtidos a partir da Anova.

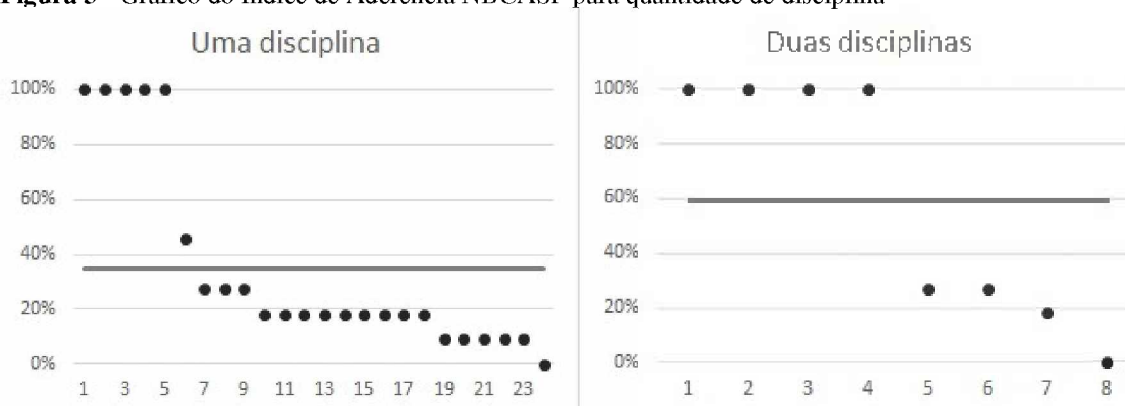
Tabela 8 - Anova Fator Único INBCASP quantidade de disciplinas

Anova: Fator Único							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
Uma disciplina	24	8,3636	0,3485	0,1241	2,4935	0,1248	4,1709
Duas disciplinas	8	4,7273	0,5909	0,1983			

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise da Tabela 8, percebe-se que a média de aderência às NBCASP é superior nas IES que possuem duas disciplinas em seu conteúdo programático em mais de 24% em relação àquelas que oferecem apenas uma disciplina. Assim, é possível inferir que a quantidade de disciplinas ofertadas influi no nível de aderência às normas no que tange às NBCASP, sendo essa afirmação corroborada pelo valor-P que indica uma probabilidade de apenas 12,48% de que as médias sejam iguais. A Figura 3 mostra a distribuição INBCASP para os dois grupos.

Figura 3 - Gráfico do Índice de Aderência NBCASP para quantidade de disciplina



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos gráficos da Figura 3, percebe-se que a quantidade de instituições que obtiveram índice 100% nos dois grupos são semelhantes. No entanto, o Grupo 1, apesar de obter média inferior, possui maior número de IES com índice próximo a média, enquanto, no Grupo 2, as IES que não obtiveram nota máxima estão bem abaixo da média, havendo, nos dois

grupos, índices 0 (zero). Cabe ressaltar que a discrepância na quantidade de instituições em cada grupo pode influenciar nos valores e na média.

4.5 ANÁLISE DE ADERÊNCIA QUANTO AO TIPO DE IES

Para analisar se há relação entre o tipo de IES e a aderência às NBCASP, a amostra foi dividida em três grupos, com o Grupo 1 contendo as Faculdades, o Grupo 2 representando as Universidades e o terceiro grupo formado pelos Centros Universitários e Institutos.

Por meio da Tabela 9, é possível perceber que as Faculdades e Universidades apresentam médias próximas. Em contrapartida, os Centro Universitários/Institutos apresentaram média inferior em mais de 30%. É possível ainda perceber variância significativa na amostra, o que é confirmado ao se analisar o valor de F que é inferior ao F crítico e ao valor-P, indicando essa diferença entre as médias.

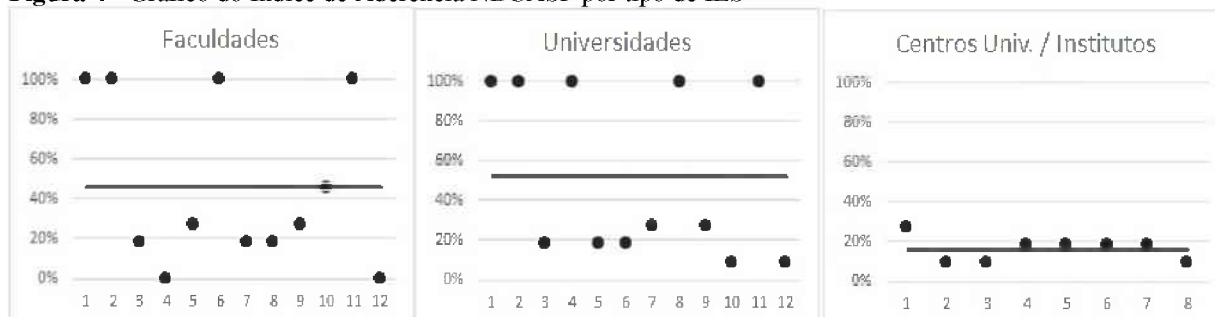
Tabela 9 - Anova Fator Único INBCASP por tipo de IES

Grupo	Contagem	Anova: Fator Único					
		Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
Faculdade	12	5,5455	0,4621	0,1720	2,5564	0,0949	3,3277
Universidade	12	6,2727	0,5227	0,1805			
Centro Univ. / Institutos	8	1,2727	0,1591	0,0041			

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme ilustra os gráficos da Figura 4, embora o Grupo 1 e 2, faculdades e Universidades, respectivamente, apresentem as maiores médias com 9 instituições atendendo todas as NBCASP, essas instituições estão predominantemente abaixo dos 30%. Contrariamente, nenhum Centro Universitário ou Instituto atenderam integralmente às NBCASP em seus conteúdos e, ainda, apresentaram a menor média de aderência ao Índice INBCASP.

Figura 4 - Gráfico do Índice de Aderência NBCASP por tipo de IES



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre o grupo formado pelas faculdades estão as duas IES nas quais seu conteúdo programático não abrange nenhuma das NBCASP, justificando assim a média superior das Universidades.

Para comparar esses resultados com aqueles encontrados por Maciel et al. (2015), é preciso destacar que, em sua amostra, havia apenas Faculdades, Universidades e Centros, no entanto, as médias ficaram acima dos 69,42% para Universidades e centros e 74,33%, para as Faculdades.

4.6 ANÁLISE DE ADERÊNCIA QUANTO À CATEGORIA DA IES

Nesta subseção, o foco é verificar o nível de aderência às NBCASP quanto à categoria da IES. Para tanto, a amostra foi dividida em dois grupos, IES Públicas e Privadas. As instituições públicas apresentam média de 51,14%, conforme mostrado na Tabela 10, no entanto, essa diferença entre as médias não apresenta valor significativo no intervalo de confiança 95%, visto que o “F” Estatístico se apresenta bem inferior ao F Crítico, rejeitando assim a hipótese de médias diferentes.

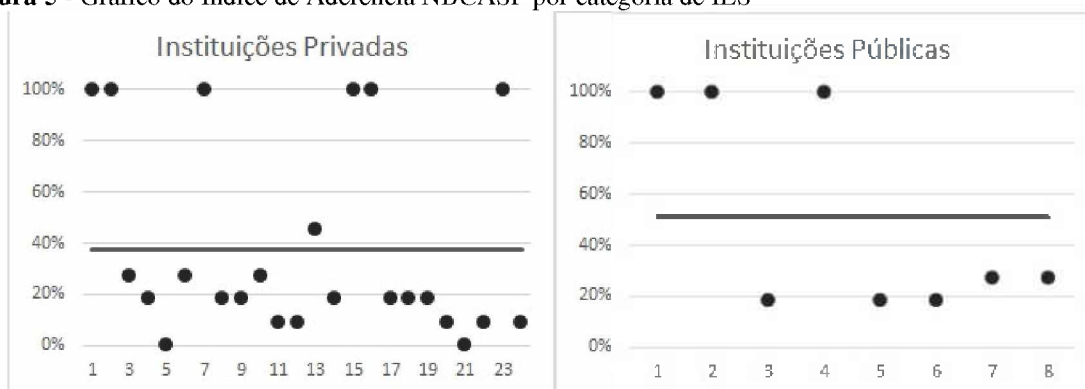
Tabela 10 - Anova Fator Único INBCASP por categoria de IES

Anova: Fator Único							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IES Privada	24	9	0,3750	0,1447	0,7465	0,3944	4,1709
IES Pública	8	4,0909	0,5114	0,1651			

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a distribuição das IES no gráfico da Figura 5, é possível perceber que 6 instituições atingiram 100% da média, uma ficou pouco acima dos 50% e as demais ficaram abaixo dos 50%, obtendo duas delas média 0. Das oito instituições públicas, três atingiram médias 100%, em contrapartida as demais ficaram abaixo dos 30%, assim como as instituições privadas.

Figura 5 - Gráfico do Índice de Aderência NBCASP por categoria de IES



Fonte: Dados da pesquisa.

Em sua pesquisa, Maciel et al. (2015) verificaram que a média de aderência ao conteúdo das NBCASP das instituições privadas foi superior à média das instituições públicas, embora essa diferença de apenas 3% não tenha se mostrado estatisticamente significativa.

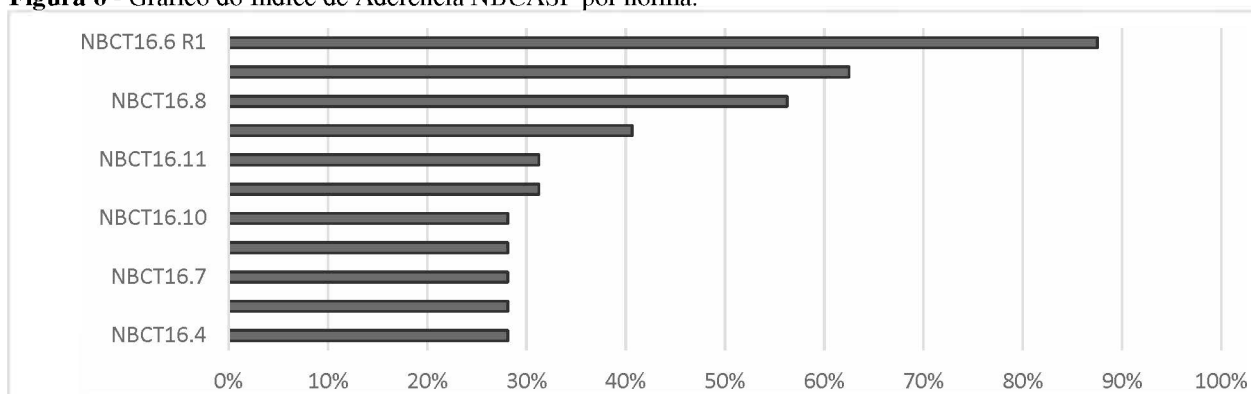
Para concluir a seção de análise de resultado, foi verificado o nível de aderência para cada uma das 11 normas emitidas.

4.7 ANÁLISE DE ADERÊNCIA POR NBCASP

Esta seção tem como objetivo analisar o nível de aderência por norma, ou seja, quais as normas apresentam maior aderência por parte das IES e quais apresentam menor aderência. Para tanto, foram analisadas as normas separadamente. Na Figura 6, encontra-se o gráfico com os resultados do nível de aderência por norma NBCASP.

Como ilustrado no gráfico, apenas a norma NBCT 16.6, que trata das demonstrações a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público, alcançou média de aderência superior a 80%, o que corresponde a 28 instituições que contemplaram essa norma em suas ementas. As normas NBCT 16.2 e NBCT 16.8 obtiveram, respectivamente, médias 62,5% e 56,25%.

Figura 6 - Gráfico do Índice de Aderência NBCASP por norma.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos nesta pesquisa divergiram dos encontrados por Maciel et al. (2015). Alguns itens se destacaram, como a NBCT 16.4, que obteve média 100% de aderência no Rio Grande do Sul, mas, no presente estudo, a mesma apresentou o menor índice de aderência, com apenas 28,13%. Naquele estudo, a média máxima e mínima foram, respectivamente, 100% e 17,9%, enquanto, nos resultados desta pesquisa, nenhuma NBCASP foi abordada por todas as IES, obtendo a média de aderência máxima e mínima de 87,5% e 28,13%, respectivamente.

Em relação à média de aderência das instituições no que tange às NBCASP, o estudo de Maciel et al. (2015) apontou 72,73% de adequação nas 28 instituições analisadas. Por sua vez, Viana et al. (2012) observaram uma adequação de apenas 22% em sua pesquisa sobre as disciplinas de Contabilidade Pública, comparando currículos de 10 IES do Amazonas com as NBCASP. No entanto, nesse estudo, utilizou-se diferente metodologia, uma vez que os autores consideraram a aderência parcial às NBCASP, atribuindo, nesse caso, a pontuação de 0,5.

Esses resultados demonstram um quadro discrepante no ensino de Contabilidade Pública entre estados e uma carência no que diz respeito ao conteúdo repassado aos alunos do curso de Ciências Contábeis, uma vez que os mesmos estão concluindo o ensino superior sem o conhecimento global das NBCASP.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar as Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de Ciências Contábeis no Estado de Minas Gerais em relação ao nível de aderência das disciplinas de Contabilidade Pública às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, tendo sido consideradas como amostra 32 IES. Para a análise, elaborou-se o Índice de Análise de Aderência – INBCASP, o qual indicou nível médio de 40,9% de aderência dessas instituições às normas emitidas.

Os resultados encontrados por meio do uso da ferramenta Anova – Fator Único evidenciaram que a existência de pré-requisitos não interfere no nível de aderência às NBCASP, assim como o período em que a disciplina Contabilidade Pública é ministrada. Com isso, pode-se inferir que conhecimentos prévios dos demais conteúdos não interferem no nível de aderência no que tange às normas analisadas.

Por sua vez, a quantidade de disciplinas mostrou ter influência no grau de aderência às NBCASP, deduzindo-se, assim, que a carga horária aplicada ao ensino do conteúdo de Contabilidade Pública interfere positivamente no INBCASP.

A classificação da IES em relação à categoria e ao tipo se apresentaram como influenciadores na aderência às normas. No entanto, vale destacar que, independentemente do enquadramento da instituição, apenas 9 delas apresentaram em seus conteúdos todas as 11 normas emitidas, não tendo as demais alcançado a marca de 50% de aderência.

Por fim, diante do cenário exposto, pode-se inferir que houve avanços quando comparado com o nível de aderência das instituições do Amazonas, mas inferior com aquele apresentado pelas IES do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, os avanços são

insuficientes, pois ainda é bastante inferior ao nível exigido dos profissionais que atuam na área de Contabilidade Pública.

Conforme mencionado anteriormente, novas normas foram emitidas em 2016, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), as quais começaram a vigorar no início de 2017. Entretanto, após cerca de nove anos da publicação das NBCASP, as instituições ainda se encontram aquém do exigido no quesito ensino. Em relação à nova norma, pode-se questionar se as IES conseguirão repassá-las integralmente aos estudantes.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se, primeiramente, a não contemplação de todas as IES do Estado de Minas Gerais devido à falta de disponibilidades de dados. Outra limitação é que seja possível que existam currículos ocultos, ou seja, as IES podem ofertar conteúdos que não estejam expressos nas fichas consultadas. A última limitação se refere à construção do índice de aderência 'INBCASP', embora tal construção tenha se baseado em Maciel et al. (2015). Na análise de conteúdo, os pesquisadores se utilizaram, em alguns casos, de uma certa dose julgamento.

Apesar de as conclusões se limitarem às IES do Estado de Minas Gerais, os resultados contribuem para o conhecimento da comunidade acadêmica de todo o Brasil.

Sugerem-se estudos futuros para verificar a implementação das NBC TSP nos conteúdos programáticos e, posteriormente, replicar este estudo para evidenciar o nível de aderência às normas específicas do setor público.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. S.; LEAL, E. A. **Ensino da contabilidade ambiental: uma análise comparativa do currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e currículos propostos pelas instituições públicas da região sudeste.** In: I Congresso UFU de Contabilidade, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

DECRETO nº 6.976, de 7 de outubro de 2009. **Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.html>. Acesso em: de outubro de 2016.

CARVALHO, R.F. **Currículo de Ciências Contábeis: Desafio para Adoção ao Novo Modelo Contábil Brasileiro.** 2010. 145f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis.** Juarez Domingues Carneiro (coord.) et al.. 2. ed. rev. e atual. – Brasília, DF, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 2012. Brasília, DF. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor Público.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_Público.pdf)>. Acesso em 28 de novembro de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Nova proposta de matriz curricular para o curso de Ciências Contábeis.** 2014. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/noticia.php?new=17177>>. Acesso em: 8 de agosto de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CFC publica a norma Estrutura Conceitual da Contabilidade Pública.** 2016. Brasília, DF. Disponível em: <<http://cfc.org.br/noticias/cfc-publica-a-norma-estrutura-conceitual-da-contabilidade-publica/>>. Acesso em: 8 de agosto de 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sob a ótica das IPSAS: um estudo comparativo.** 2ª ed. 2014. Porto Alegre. Disponível em: <www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_NBCASP.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2016.

CZESNAT, A. O.; CUNHA, J. V. A.; DOMINGUES, M. J. C. S. Análise Comparativa entre os Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades do Estado de Santa Catarina listadas pelo MEC e o Currículo Mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR. **Revista Gestão e Regionalidade**, v. 25, n. 75, p.22-30, 2009.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade.** 10ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MACIEL, E. B.; KRONBAUER, C. A.; OTT, E.; BARBOSA, M. A. G.; MARQUEZAN, L. H. F. (2015). Análise da aderência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP - em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. **Contexto**, v. 15, n. 30, p. 111-127, 2015.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLANN R. C. Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP): um estudo nas Unidades da Federação do Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, 6(1), 253-272, 2014.

MARION, J. C.; ROBLES JUNIOR, A. A Busca da Qualidade no Ensino Superior de Contabilidade no Brasil. **Contabilidade Vista e Revista**, 3(9), p.13-24, 1998.

MENDES, P. C. M.; SILVA, A. B.; NIYAMA, J. K. A aderência do conteúdo da disciplina contabilidade tributária ministrada nos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil ao conteúdo do currículo internacional proposto pela ONU. **Revista Ambiente Contábil**, 3(1), 1-19. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1320>. 2011.

NOSSA, V. Formação do Corpo Docente dos Cursos de Graduação em Contabilidade no Brasil: Uma Análise Crítica. **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIEPECAFI, nº 21, p. 1-20. – Maio a Agosto/1999.

OLIVEIRA, F. E. M. **SPSS Básico para Análise de Dados**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

OTT, E.; CUNHA, J. V. A da; JUNIOR, E. B. C.; DE LUCA M. M. M. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Contabilidade Finanças** 22(57). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772011000300007&lng=en&nrm=iso>., 2011.

PELEIAS, I. R.; SEGRETI, J. B.; SILVA, G. P.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v.18, p. 19-32, 2007.

PIRES, C. B.; OTT, E. Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis no Brasil versus Estruturas Curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa. **Revista Universo Contábil**, 6(1), p.28-45, 2010.

RESOLUÇÃO nº 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 9 de outubro de 2016.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 6ª ed. Brasília: STN, 2014.

VIANA, C. C; TAMER, C. M. V. S; ABBUD, M. E. O. P.; LIMA, S. M. Ensino de contabilidade nas instituições de ensino superior das amazonas: análise quanto à adequação às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. **Revista do Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes – RMPGOA**, v.1, n.1, p. 95-122, 2012.

VICENTE, E.F.R.; MORAIS, L. M.; PLATT NETO. O. A. A reforma na Contabilidade Pública brasileira e o processo de convergência: implicações e perspectivas. **RIC - Revista de Informação Contábil**, 6(2), 01-20, 2012.

WILSON, E. An historical perspective on governmental accounting education. **Journal of Accounting Education**, 31, pp. 244-251, 2013.